

**E AGORA, COLEGAS?..  
O PROCESSO ACABOU,  
O AOLP EMPLACOU..  
E AGORA?...**

*José Pereira da Silva (UERJ)*  
[jpgsilva@filologia.org.br](mailto:jpgsilva@filologia.org.br)

**RESUMO**

Estamos iniciando um novo período da história da lusofonia – um dos momentos de maior expansão e valorização da língua portuguesa –, quando um sistema ortográfico unificado é acordado e implementado em todo o mundo para uma das línguas mais importantes desde o século XVI, atualmente classificada entre a terceira e a sétima das sete mil línguas vivas existentes, com um vocabulário ortográfico comum livremente disponibilizado virtualmente. Além disso, pode ser comemorado também o esforço político das instituições envolvidas para que o sistema ortográfico se torne mais simplificado, facilitando o trabalho dos alfabetizadores. Nesta oportunidade, será feita uma síntese dos pontos mais importantes dessa história, além de se apresentarem soluções para problemas ortográficos que deixavam alunos e professores, às vezes, sem uma firme resposta para a questão, a não ser através da consulta a um bom dicionário. Sem falsa modéstia, será utilizado nessa aula conferência apenas o livro que está sendo lançado neste evento, que trata da ortografia do português do século XVI a 2016, que reúne oito textos sobre questões diversas da ortografia da língua portuguesa. A partir de agora, só há uma ortografia oficial para a língua portuguesa.

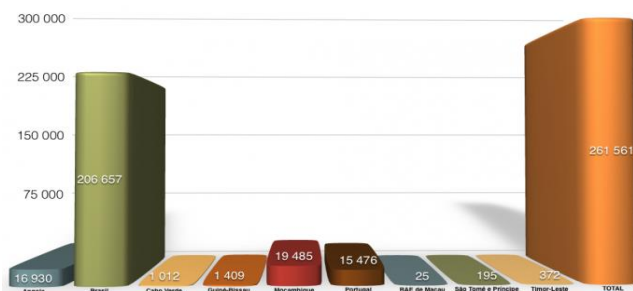
**Palavras-chave:** Ortografia. AOL. Acordo Ortográfico. Política linguística. Português.

**1. Considerações iniciais**

Estamos iniciando um novo período da história da lusofonia – um dos momentos de maior expansão e valorização da língua portuguesa –, quando um sistema ortográfico unificado é acordado e implementado em todo o mundo para uma das línguas mais importantes desde o século XVI, atualmente classificada entre a terceira e a sétima das sete mil línguas vivas catalogadas (dependendo do critério ou ponto de vista da classificação), com o *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, disponibilizado na página da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa <http://voc.cplp.org>, já incluídos os vocabulários ortográficos da língua portuguesa do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal e do Timor Leste, assim como o *Dicionário Toponímico*, em <http://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms>, faltando apenas o de

Angola, de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

**FALANTES DO PORTUGUÊS NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**



**Fig. 1.** Fonte: <http://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2>, dados divulgados em outubro de 2015



**Fig. 2.** Fonte: <http://www.institutomindset.com.br/blog/dicas-de-portugues/lingua-portuguesa-ja-somos-246-milhoes>, em agosto de 2014.

Até o momento, quatro países de CPLP já concluíram o processo de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa<sup>77</sup> de 1990: Portugal (13/05/2015), Brasil (31/12/2015), São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (1º/10/2015), sendo que a Guiné Equatorial, que aderiu à CPLP em julho de 2014, não assinou o Acordo, mas está sendo feita a reimplementação da língua portuguesa em conformidade com a nova grafia, segundo informa o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

<sup>77</sup> Cf. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acordoortografico.pdf>.

**AS 20 LÍNGUAS MAIS FALADAS NO MUNDO EM 2016**

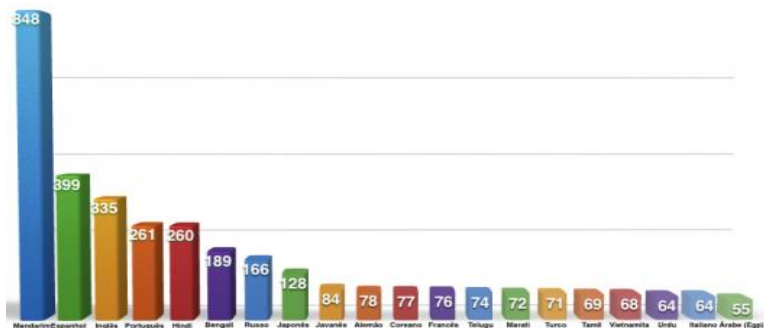


Fig. 3. Fonte: <http://observalinguaportuguesa.org/as-20-linguas-mais-faladas-no-mundo>, dados divulgados em fevereiro de 2016

**AS 10 LÍNGUAS MAIS UTILIZADAS NA INTERNET EM 2016**



Fig. 4. Fonte: <http://observalinguaportuguesa.org/50424-2>, dados divulgados em março de 2016

## 2. A história da ortografia da língua portuguesa do século XVI a 2016

Mas, até 2016, a história da ortografia da língua portuguesa era dividida em três fases: a fonética (que vai dos primeiros documentos escritos até início do século XVI), a etimológica (que vai do lançamento das primeiras gramáticas da língua até o início do século XX) e a simplificada (que teve início, efetivamente, a partir da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, publicada em 1904).

Na primeira fase, a preocupação era com a maior fidelidade possível à pronúncia exemplar da língua do ponto de vista do escriba, que poderia ser um intelectual altamente influenciado pela grafia latina ou al-

guém que não tinha tão grandes conhecimentos da língua escrita de prestígio da época, limitando-se a transcrever livremente os sons da nova língua com o alfabeto de que dispunha.

Com a influência da cultura latina, a partir do século XVI, e com o surgimento das primeiras gramáticas das línguas românicas, surgiu a preocupação etimológica, pensando-se em aproximar o máximo possível a grafia das línguas românicas da língua latina, considerando que, quanto mais próxima estivesse do latim, mais culta e importante seria considerada a língua.

Evidentemente, ainda não havia registros e estudos etimológicos suficientes para que os ortógrafos pudessem estabelecer com segurança uma ortografia etimológica, motivo pelo qual esse período ficou conhecido também como pseudoetimológico.

Como o latim era a língua de maior prestígio que circulava nos conventos e nos meios acadêmicos europeus, os estudos linguísticos, gramaticais e ortográficos eram feitos a partir dos textos latinos, que incluíam todo tipo de empréstimo ou estrangeirismo, sem que se pudesse distinguir com segurança o que era termo latino do que provinha de outro idioma (grego, hebraico ou de outras línguas) de povos invasores ou conquistados pelos romanos.

No final do século XIX, Gonçalves Viana e outros estudiosos da língua deram início a um projeto de simplificação ortográfica, que teve seu ponto mais alto com a publicação de seu livro de *Ortografia Nacional*, que serviu de base para a primeira proposta de ortografia oficial portuguesa, implementada a partir de 1911, no início da república.

Além disso, pode ser comemorado também o esforço político das instituições envolvidas para que o sistema ortográfico se tornasse mais simplificado, facilitando o trabalho dos alfabetizadores e de todos os que têm a língua escrita como material básico de trabalho.

Em Portugal, a decisão de oficializar uma ortografia da língua portuguesa para uso nas escolas e nas publicações oficiais ou patrocinadas pelo governo foi tomada a partir da sugestão do chefe de revisão do *Diário do Governo* (correspondente ao nosso *Diário Oficial da União*), que reclamava da dificuldade e morosidade desse trabalho, visto que não havia uma ortografia aceita por todos, variando de acordo com a opinião pessoal de quem escrevia e multiplicada indefinidamente toda vez que um texto oficial era reeditado em outras publicações, admitida a liberda-

de gráfica que permitia que cada usuário da língua adotasse a grafia que melhor lhe conviesse.

Quatro anos antes disso, no entanto, em 1907), já havia sido proposta pela Academia Brasileira de Letras uma ortografia simplificada, que deveria ser utilizada em todas as suas publicações.

A partir das normas estabelecidas naquelas reuniões da ABL – ainda sob a direção de seu fundador, Machado de Assis –, seria preparado um vocabulário ortográfico que passaria a ser o guia seguro para a nova ortografia. Infelizmente, o projeto desse vocabulário ortográfico não foi efetivado, sendo retomado somente na década de 40, resultando no atual *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que já está na quinta edição, tendo passado pelas alterações naturais, a partir da edição do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (de 1943), levando-se em consideração as alterações ortográficas de 1971 e de 1990, esta última implementada a partir de 2009 e obrigatória a partir deste ano de 2016.

Cabe aqui registrar o último parágrafo da "Introdução" àquele *Pequeno Vocabulário*, que só foi editado em sua forma completa em 1981, sob a coordenação filólogo Antônio Houaiss:

Não sendo possível, em razão da urgência do aparecimento do código ortográfico, registrar todos os vocábulos que foram enviados e muitos outros que devem ser arrolados em trabalho desta natureza, sai agora a público o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, para atender as necessidades gerais do ensino e do povo, e dentro em prazo não muito dilatado se dará à estampa outro mais copioso e perfeitamente adaptado às múltiplas manifestações da vida contemporânea. (ACADEMIA, 1943, p. XIII)

Mas a ideia de uma ortografia simplificada abriu espaço, inicialmente, para negociações entre as academias de Portugal (Academia das Ciências de Lisboa) e do Brasil (Academia Brasileira de Letras) com o objetivo de se criar uma ortografia unificada para os dois países que utilizavam o idioma, quando os demais países de língua portuguesa ainda não tinham autonomia política, visto que só a partir do último quartel do século XX conseguiram concluir seu processo de independência.

Em 1915, logo após a conclusão do processo de implementação da ortografia oficial portuguesa, a Academia Brasileira de Letras aderiu à ortografia portuguesa, desistindo dela quatro anos depois (1919), na busca de um entendimento negociado, através da Academia de Ciências de Lisboa, que só se concretiza com o Acordo Ortográfico de 1931.

No entanto, o governo brasileiro, na promulgação da nova Constituição da República, em 1934, desconsiderou o Acordo celebrado três anos antes, e retornou à ortografia anterior, de 1911.

A partir desse momento, as academias voltaram a discutir nova proposta de acordo, concluindo com o "Formulário Ortográfico", que consistia nas "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", concluído em 1943, a partir da edição de 1940 do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa.

Na produção do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1943, no entanto, as divergências entre o que se produziu no Brasil e o que existia em Portugal foram tão grandes que o Acordo Ortográfico de 1945 não conseguiu ser implementado no Brasil, que passou a seguir o texto do *Vocabulário* de 1943, descumprindo o Acordo, em atenção à forte reação contrária promovida pelos filólogos, linguistas e professores.

Na verdade, no entanto, só em 1955 o governo brasileiro oficializou o retorno à ortografia do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1943, permanecendo, efetivamente, sem normatização ortográfica oficial nesse período.

Depois disso, duas pequenas reformas ocorreram na ortografia do Brasil (em 1971) e de Portugal (em 1973), antes do Acordo de 1990. Com isto,

fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra *e* e na letra *o* da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas as letra *e* e a letra *o*, exceção feita da forma *pôde*, que se acentuará por oposição a *pode*; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo *mente* ou sufixos iniciados por *z*. (Lei n. 5.765, de 18 de dezembro de 1971, Art. 1º)

Assim como nas alterações anteriores, foi dado um prazo de quatro anos para que as editoras pudessem atualizar suas publicações de acordo com o disposto nessa lei e os professores pudessem implementar o ensino escolar com suporte atualizado.

A busca de uma unificação ortográfica não foi abandonada em nenhum momento, apesar das dificuldades, de modo que, em 1986, foi preparado um projeto que foi aprovado pelas academias de Portugal e do Brasil, que nem chegou a ser discutido em nível de governo, mas resultou em um "memorando para a unificação ortográfica da Língua Portuguesa, um documento que serviu de base para o AO de 1990", quando "o

Brasil tomou a iniciativa de promover um grande encontro, agora já com os novos países de língua portuguesa, os países africanos, para se tentar chegar a um acordo ortográfico" que só agora, em 2016, acaba se ser implementado no Brasil.

Com previsão inicial de ser oficializado nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1994, foram feitas alterações nessa agenda, de modo que, oficialmente, a ortografia unificada já era oficialmente válida a partir de janeiro de 2007, quando o terceiro país do bloco já havia concluído o processo de adesão.

No Brasil, no entanto, somente a partir de 2009 é que o novo Acordo Ortográfico começou a vigorar, com a proposta inicial de concluir sua implementação até 2012. No entanto, para aproximar nossa agenda de política linguística da agenda estabelecida em Portugal, a Presidente Dilma prorrogou esse prazo de implementação até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir do qual a nova ortografia se torna obrigatória no ensino e na produção de documentos e publicações oficiais do governo ou patrocinadas por ele.

Na oportunidade em que tratarei desse tema no VIII Simpósio Nacional de Estudos Linguísticos e Filológicos, será feita uma síntese dos pontos mais importantes dessa história, além de se apresentarem soluções para problemas ortográficos que deixavam alunos e professores, às vezes, sem uma firme resposta para a questão, a não ser através da consulta a um bom dicionário.

Sem falsa modéstia, será utilizado nessa aula-conferência apenas o livro que está sendo lançado nesse evento, que trata da ortografia do português do século XVI a 2016, reunindo oito textos sobre questões diversas da ortografia da língua portuguesa.

A partir de agora, só há uma ortografia oficial para a língua portuguesa, apesar de ainda não estar completamente implementada em todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nem estar concluído o vocabulário ortográfico nacional de todos eles, como já referido acima.

No entanto, o total de lusófonos que ainda não dispõe de todos esses recursos linguísticos oficialmente em seus países não atinge dez por cento do total, além do fato de que não o fizeram ainda por questões de política interna que nada ou quase nada tenha a ver, especificamente, com a política linguística.

### 3. A título de conclusão

A implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, apesar das dificuldades e das polêmicas que assume, é a maior vitória do idioma em toda a sua história de política linguística geral, que inclui toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além dos numerosos outros usuários do idioma que vivem fora desses países, como são os numerosos migrantes (nos Estados Unidos, na Venezuela e em diversos outros países) e das comunidades linguísticas da Galiza, do Uruguai, da língua portuguesa de fronteira nos países limítrofes dos nove países da CPLP etc.

Agora, quando acabou o processo de implementação, no Brasil, e o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa emplacou, precisamos vigiar para que, ao menos nas situações acadêmicas, formais e oficiais, sejam respeitadas as novas regras ortográficas, para o maior sucesso de nosso idioma, que é o maior bem cultural comum dos países da CPLP.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Coord.: Evanildo Bechara. 5. ed. [São Paulo]: Global, 2009. [Coord.: Antônio Houaiss. 1. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1981].

\_\_\_\_\_. *Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

INSTITUTO Internacional da Língua Portuguesa. *Vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://voc.cplp.org>>

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. 2. ed. Niterói: Impetus, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ortografia do português do século XVI a 2016*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional*. Simplificação e uniformização das ortografias portuguesas. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.